

GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Estudo Técnico Preliminar 352/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67720.016481/2025-87

2. Descrição da necessidade

Contratação de serviços de Leiloeiro Oficial para alienação de materiais inservíveis.

Justificativa da Contratação:

O Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ) tem a necessidade de realizar hasta pública para a alienação de bens móveis inservíveis /servíveis, considerando que tais bens não possuem mais utilidade para a Administração, seja devido ao desgaste natural ao longo dos anos ou por qualquer outro fator que os torne inutilizáveis ou ociosos. Para viabilizar esse processo, faz-se necessária a contratação de um leiloeiro oficial devidamente credenciado e capacitado para conduzir os leilões.

Dessa forma, trata-se do credenciamento de leiloeiro público oficial, conforme previsto no inciso I do art. 78 da Lei nº 14.133 /2021, visando à alienação, por venda, dos bens colocados à disposição, conforme a definição de material antieconômico ou irrecuperável estabelecida no art. 3º do Decreto nº 9.373 /2018. A contratação observará, ainda, as legislações aplicáveis à profissão de leiloeiro, em especial o Decreto nº 21.981/1932, bem como a regulamentação vigente no âmbito da Força Aérea Brasileira (FAB).

A contratação atenderá às demandas do GAP-SJ e das Unidades Apoiadas do Comando da Aeronáutica sediadas no GUARNAE SJ.

Não estão abrangidos no escopo deste Edital a alienação de bens imóveis, viaturas ou aeronaves.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Obtenções e Contratos	Isabelle Ducharme - 1º Ten Int

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**4.1 Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:**

4.1.1. Conforme definido no Decreto 11.878 de 2024, Credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que o órgão ou a entidade credenciante convoca, por meio de edital, interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

4.1.2. Assim, após serem credenciados, somente será firmado contrato com o leiloeiro da vez, ao ser convocado, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, com base no art. 106, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.1.3. Todos os leiloeiros interessados poderão se credenciar e assinarão o contrato conforme forem sendo chamados para realizar o leilão.

4.1.4. A relação dos leiloeiros credenciados será organizada conforme sorteio, a ser realizado em data e horário a ser encaminhada por e-mail aos interessados que enviarem documentação nos primeiros 20 (vinte) dias a contar da divulgação do Edital e divulgado nos veículos oficiais.

4.1.4.1. Toda vez que houver necessidade de alienar bens, o GAP-SJ selecionará um leiloeiro por meio da ordem supra mencionada. O leiloeiro somente poderá ser selecionado novamente após todos os leiloeiros credenciados terem tido a oportunidade de serem selecionados.

4.1.5. Caso o leiloeiro recuse sem justo motivo, por três vezes, será descredenciado do processo.

4.1.6. O Leiloeiro deverá executar o serviço utilizando-se dos veículos e seus próprios materiais necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência;

4.1.7. O leilão será realizado exclusivamente na forma eletrônica em data e horário a ser definido pelo órgão Contratante em comum acordo com o leiloeiro;

4.1.7.1. O leiloeiro disponibilizará infraestrutura necessária para a realização do leilão online, objetivando ter as melhores condições de competitividade e, conseqüentemente, de preço dos bens a serem alienados;

4.1.8. A Contratante terá a responsabilidade de dar publicidade do leilão no Diário Oficial da União, enquanto que a Contratada/Leiloeiro terá a responsabilidade de elaborar os Avisos de Leilões, distribuir os Catálogos Oficiais, realizar medidas para divulgar a realização dos leilões (panfletagem, faixas, cartazes, banners, etc.), disponibilizar informações sobre os leilões na internet, possibilitando a visualização e características dos respectivos lotes, enfim, fazer o que for necessário para a divulgação do Evento.

4.1.9. O leiloeiro deverá apresentar prova de que encontra-se devidamente inscrito e em situação regular na Junta Comercial do Estado de atuação, de acordo com o Art. 42 da IN DREI nº 52/2022.

4.1.10 Considerando que o leiloeiro público oficial atua como **auxiliar da Administração Pública** para fins de alienação de bens móveis, conforme o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, faz-se necessária a comprovação de requisitos mínimos de qualificação técnica e regularidade profissional. Tais requisitos visam garantir a execução adequada, segura e eficiente do objeto, além de reduzir riscos operacionais e jurídicos.

a) Comprovação de matrícula ativa

Comprova que o interessado está legalmente habilitado a exercer a atividade, atendendo às normas que regem a profissão. Esse documento demonstra a existência e legitimidade do registro profissional.

b) Certidão de regularidade, quitação e depósitos emitida pela Junta Comercial

Tal certidão comprova que o leiloeiro cumpre suas obrigações legais e financeiras, incluindo o depósito obrigatório previsto no art. 6º do Decreto-Lei nº 21.981/1932, e que está apto ao exercício da profissão, não estando suspenso ou impedido.

Essas exigências não restringem competitividade, uma vez que podem ser atendidas por leiloeiros matriculados em qualquer Junta Comercial do país, em consonância com o art. 70 da IN DREI nº 52/2022, que, no caso de leilão eletrônico, permite livre escolha do comitente.

c) Experiência Prévia Relacionada ao Objeto (Atestado de Capacidade Técnica)

A condução de leilões de bens móveis — especialmente na modalidade eletrônica — demanda conhecimento técnico específico e experiência prévia em atividades como:

1. organização e descrição de lotes;
2. divulgação e registro fotográfico dos bens;
3. operação de plataforma eletrônica de lances;
4. atendimento ao público interessado;
5. condução de sessão de lances;
6. emissão de relatório final ou documento equivalente.

Assim, para mitigar riscos operacionais e garantir a obtenção de resultados eficientes, justifica-se a exigência de:

Pelo menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica referente à realização de leilões de bens móveis, independentemente de serem judiciais, extrajudiciais, administrativos ou equivalentes.

A exigência é proporcional, pois solicita pelo menos um atestado, suficiente para demonstrar experiência mínima compatível com as necessidades da Administração.

4.1.11. O leiloeiro será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados, conforme a legislação vigente. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.1.12. Não há limitações específicas de mercado para os serviços a serem contratados por intermédio desse ETP. Ainda, não há exigências que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação, ferindo aos princípios da lei 14.133, tampouco induzindo a especificidades que possam direcionar o certame licitatório, favorecendo a contratação de prestador específico.

4.2. Natureza da Contratação:

4.2.1. A presente contratação é classificada como serviço comum e continuado.

4.3. Sustentabilidade:

4.3.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação por se tratar de contratação de serviço que não acarretará impactos ambientais.

4.4. Relevância dos requisitos estipulados:

4.4.1. Trata-se de credenciamento de Leiloeiro Oficial para alienação de materiais inservíveis/servíveis, a ser contratada mediante Inexigibilidade de licitação, com base no Art. 74, inc IV, da Lei 14.133/2021.

4.5. Transição Contratual:

4.5.1. Não se aplica, pois não há necessidade de passar a execução contratual de um leiloeiro para outro leiloeiro.

5. Levantamento de Mercado

A escolha pela alienação por meio de leilão foi fundamentada na análise comparativa com outras formas de destinação de bens inservíveis. Métodos como reciclagem, reutilização e incineração apresentam desafios logísticos e financeiros que podem comprometer a eficiência do processo.

A reciclagem, por exemplo, pode gerar receita, mas implica custos adicionais com separação e transporte, além da limitação de aproveitamento de materiais muito deteriorados.

A incineração, embora seja uma alternativa para descarte definitivo, apresenta custos elevados e impactos ambientais negativos devido à emissão de poluentes atmosféricos. Em contrapartida, a alienação por meio de leilão se destaca como a solução mais vantajosa, pois além de não gerar custos para a Administração, possibilita a conversão dos bens em receita. Esse modelo promove a sustentabilidade financeira da organização militar, auxiliando no financiamento de outras iniciativas. Além disso, a terceirização do processo reduz a carga administrativa interna, permitindo que os recursos humanos sejam direcionados a outras atividades estratégicas.

Dessa forma, a metodologia adotada no levantamento de mercado assegura que o credenciamento de leiloeiros atende aos interesses da Administração Pública, viabilizando a alienação eficiente dos bens sem comprometer o orçamento e garantindo a ampla participação de profissionais qualificados.

6. Descrição da solução como um todo

Após análise das alternativas para esta contratação, chegou-se à conclusão de que a solução mais adequada e legal é efetuar a contratação de leiloeiro oficial através de credenciamento, fundamentada no inciso I, do art. 78, da Lei 14.133/2021, art. 6º e art. 31 do Decreto 11.461, de 2023.

Desta forma deverá ser efetuado um credenciamento de todos os leiloeiros interessados e que estejam com cadastro ativo e em situação regular na Junta Comercial do Estado de atuação.

Ainda que o órgão sediado na GUARNAE-SJ seja o proprietário dos bens, é o leiloeiro quem celebrará o contrato de venda com o arrematante, responsabilizando-se diretamente por todas as obrigações, registros e documentos necessários à transferência da posse e titularidade dos bens alienados.

Assim, o GAP-SJ celebra o contrato de prestação de serviço com o leiloeiro, e este, por sua vez, celebra o negócio jurídico com os arrematantes.

Não estão abrangidos no escopo deste Edital a alienação de bens imóveis, viaturas ou aeronaves.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade de serviços a serem contratados será definida conforme a demanda de alienação de bens pela GUARNAE SJ, sem previsão fixa de volume, pois a necessidade de realização dos leilões poderá variar ao longo do período de vigência do credenciamento.

O processo será conduzido por meio de credenciamento, conforme disposto no Decreto nº 11.878/2024, permitindo a seleção de leiloeiros habilitados que serão convocados sempre que houver demanda, garantindo flexibilidade e eficiência na gestão dos bens inservíveis.

Após o credenciamento, será firmado contrato com os leiloeiros pelo prazo de 60 dias, conforme forem sendo chamados na ordem da fila, prorrogável por igual período enquanto não finalizado por completo o serviço.

A prestação dos serviços abrangerá a realização dos leilões de forma exclusivamente online, assegurando a adequada destinação dos bens de acordo com as regras estabelecidas no edital. Dado que a geração de bens inservíveis ocorre de forma imprevisível, não é possível estimar previamente a quantidade exata a ser leiloada. No entanto, o credenciamento garantirá que todos os bens permanentes classificados como inservíveis durante o período de vigência do Edital e contrato sejam alienados de maneira transparente, eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5,00

O arrematante pagará o equivalente de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado ao leiloeiro, de acordo com o previsto no § único do Art. 24 do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A natureza do objeto, entretanto, não comporta fracionamento, tendo em vista que:

1. Cada leilão será tratado como um evento autônomo e independente, a ser executado de forma integral por um único leiloeiro, desde a fase preparatória até a entrega dos bens arrematados;
2. O modelo de credenciamento já possibilita a participação simultânea de diversos prestadores, promovendo ampla concorrência e diluição natural da demanda entre os leiloeiros credenciados;
3. O fracionamento formal da contratação não se mostra viável nem necessário, pois a seleção dos leiloeiros ocorrerá caso a caso, conforme disponibilidade e conveniência administrativa, respeitando critérios objetivos definidos em edital;

Dessa forma, justifica-se não aplicar o parcelamento do objeto, em razão da natureza técnica da solução e da forma de contratação por credenciamento, a qual já permite ampla participação e flexibilidade operacional, atendendo plenamente ao interesse público e aos princípios da nova Lei de Licitações.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação embora não esteja incluída no calendário de Aquisições está alinhada com o planejamento estratégico da Administração, garantindo a adequada gestão patrimonial e a destinação eficiente dos bens inservíveis. O modelo de credenciamento possibilita a seleção contínua de profissionais habilitados, assegurando que a alienação dos bens ocorra de maneira ágil, transparente e vantajosa para o interesse público, sem gerar custos diretos para a Administração.

O credenciamento permite que a Administração esteja preparada para atender às demandas conforme surgirem, promovendo maior flexibilidade na execução dos leilões e eliminando a necessidade de múltiplos processos licitatórios para cada alienação.

Dessa forma, a contratação está em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade financeira, contribuindo para a otimização dos recursos públicos e a redução da carga administrativa interna. Além disso, a contratação está alinhada com os instrumentos de planejamento orçamentário, uma vez que não implica aumento de despesas para a Administração, visto que a remuneração dos leiloeiros será custeada pelos arrematantes, conforme estabelecido na legislação vigente.

Assim, o credenciamento de leiloeiros oficiais reforça a previsibilidade e a segurança jurídica na gestão dos bens públicos, garantindo que a alienação ocorra de maneira regular e conforme as diretrizes institucionais. Os documentos e informações que tenham integrado o edital e seus anexos, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com a presente contratação incluem, entre outros, a redução do custo operacional na gestão dos bens inservíveis; na mitigação nos riscos de furto dos bens; na redução nos custos de controle e segurança; na prevenção a deterioração do bem por deterioração ou danos; no reaproveitamento do bem para outros fins, garantindo assim o prolongamento do seu ciclo de vida útil e especialmente na redução no impacto ambiental.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a contratação pretendida, deverão ser adotadas as seguintes providências:

1. Elaboração do Termo de Referência (TR)
 1. Elaborar o Termo de Referência conforme os requisitos das legislações aplicáveis, com base nas informações da IN SEGES nº 81/2022 consolidadas neste ETP, detalhando as condições operacionais, jurídicas e técnicas do serviço de leilão a ser prestado.
2. Definição e publicação do Edital de Chamamento Público
 1. Preparar e publicar edital de credenciamento com base nos parâmetros definidos nos Decretos nº 11.461/2023 e 11.878/2024, observando a ampla divulgação e publicidade da Lei nº 14.133/2021.
3. Designação de Servidores Responsáveis
 1. Designar servidores responsáveis pela análise da documentação de habilitação dos interessados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A alienação de bens inservíveis/ociosos por meio de leilão contribui para a redução dos impactos ambientais ao proporcionar a reutilização e reciclagem de materiais, minimizando o descarte inadequado e a geração de resíduos. Esse modelo evita a destinação de itens para aterros sanitários ou incineração, práticas que podem causar poluição do solo, do ar e da água. Além disso, ao permitir que os bens sejam adquiridos por terceiros para reaproveitamento, o leilão promove a sustentabilidade e a economia circular, alinhando-se às diretrizes de gestão ambiental responsável e à otimização do uso de recursos naturais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ISABELLE DUCHARME

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 08:36:56.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Tecnico Preliminar Corrigido
Data/Hora de Criação:	10/12/2025 12:00:19
Páginas do Documento:	5
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	6
Hash MD5:	11767088d245f4f1b206cf9bc7cd44b6
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ISABELLE DUCHARME no dia 12/12/2025 às 06:49:25 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento GABRIELLE FONTES SIMONI no dia 15/12/2025 às 13:15:50 no horário oficial de Brasília.